

Processo Administrativo CVM RJ/2007/13707

Interessado: DC 1000 CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA
Assunto: Recurso contra aplicação de multa cominatória por não-entrega dos Informes Cadastrais de Administrador de Carteira (ICAC)
Relator: SIN

1. Trata-se de recurso interposto por **DC 1000 CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA** contra decisão da Superintendência de Relações com Investidores Institucionais – SIN de aplicação de multa cominatória, prevista no artigo 20 da Instrução CVM nº 306/99, decorrente da não-entrega dos informes anuais obrigatórios (**ICAC**), previstos no caput do artigo 12 da referida Instrução. Multa esta, no valor de R\$ 6.000,00, referente à multa diária de R\$ 100,00 por 60 dias de atraso.

2. A recorrente alega que, desde 1999, jamais fora cobrada por este descumprimento e que não recebeu desta Superintendência a comunicação específica prevista no artigo 3º da Instrução CVM nº 452/07, o que a impediu de regularizar sua situação. Deste modo, em função do motivo apresentado, solicita o cancelamento desta multa.

3. Entendo que a alegação de falta de habitualidade da cobrança não procede, tendo em vista o extenso trabalho feito por esta Superintendência nos últimos dois anos quanto à cobrança dos Administradores de Carteiras inadimplentes no envio dos ICACs por dois anos consecutivos. Deste esforço resultou a atualização da situação de 434 Administradores de Carteiras, seja pelo fornecimento dos informes anuais obrigatórios, seja pelo cancelamento do registro dos administradores inadimplentes em nossa base de dados.

4. A obrigação anual de envio dos Informes Cadastrais de Administrador de Carteira (ICAC) é prevista no caput do artigo 12 da Instrução CVM nº 306 e refere-se à posição de 31 de março de 2007, devendo ser informada até 31 de maio desse ano por todos os administradores credenciados nesta CVM, tendo ou não recursos sob sua administração. Como em 31/03/2007 a interessada se encontrava com o credenciamento ativo, o ICAC de 2007 era devido até 31/05/2007.

5. Em 25/05/2007, a CVM enviou aviso para o encaminhamento do ICAC, por e-mail, alertando a administradora para o fato de que 31/05/2007 seria o prazo final. Adicionalmente, em atenção à determinação prevista no artigo 3º da Instrução CVM nº 452/07, em 06/06/2007, encaminhamos novo e-mail para os seus endereços DC-1000@hotmail.com e helayel@corretoradc.com.br, então constantes do seu cadastro, alertando-a novamente sobre o descumprimento do prazo para envio das informações previstas no artigo 12 da Instrução CVM 306/99 e da conseqüente multa cominatória diária, prevista no artigo 20 da mesma Instrução.

6. As informações relativas ao envio do e-mail, nos termos da Instrução CVM nº 452, pelo Sistema SCRED foram a nosso pedido registradas pelo próprio Sistema. Tais informações contêm, além de data e hora, o endereço de e-mail para o qual a correspondência eletrônica foi enviada, extraído do Sistema de Cadastro no momento do envio. Estes dados podem ser consultados a qualquer momento pelo Sistema SCRED e uma imagem desta consulta se encontra na fl.06.

7. Assim, como o e-mail destinatário da comunicação da CVM constava do cadastro da interessada à época, foi cumprido o disposto no art. 11, I, da Instrução CVM nº 452. Ressaltamos, ainda, a obrigação da interessada de manter o cadastro permanentemente atualizado, conforme disposto no § único do art. 12 da Instrução CVM nº 306.

8. Assim sendo, nos termos do inciso I do artigo 11 da Instrução CVM nº 452/07, foi enviada a comunicação específica, nos cinco dias úteis seguintes ao término do prazo (31/05/2007), conforme artigo 3º dessa Instrução CVM, não procedendo a alegação da recorrente.

9. O recurso referente ao presente processo foi recebido pela SIN, dando efeito suspensivo, de Ofício, conforme MEMO/CVM/SIN/Nº 81/07 de 07/12/2007 para a GAC, que transcrevo:

"Tendo em vista o caráter não habitual da cobrança de multa cominatória dos administradores de carteira por não entrega dos informes anuais obrigatórios (ICACs) e ao recebimento de um grande número de recursos, com as mais diversas alegações, que demandarão bastante tempo de análise, solicitamos que seja dado efeito suspensivo para todos os pedidos de recursos, até o julgamento definitivo dos mesmos."

10. Desta forma, a despeito de nossos esforços o fato objetivo é que a obrigação de envio do informe prevista no caput do artigo 12 da Instrução CVM nº 306 não foi cumprida.

11. Em razão do exposto, delibero manter a decisão recorrida e submeto o presente recurso à apreciação do Colegiado.

Atenciosamente,

Original assinado por

Carlos Alberto Rebello Sobrinho

Superintendente de Relações com Investidores Institucionais